

ATA DE FUNDAÇÃO DE CUIABÁ:

Uma Análise Crítica

Paulo Pitaluga Costa e Silva

APRESENTAÇÃO

A Ata de Fundação de Cuiabá é a própria certidão de nascimento da cidade, onde encontramos datas, fatos e personagens que dão ao início a quase três séculos, não só do arraial, vila e cidade de Cuiabá, mas como de toda a penetração, ocupação e colonização de Mato Grosso.

Teoricamente esse documento, esse “*Termo de Certidão*” foi devidamente anotado, com a preocupação notória do registro para o futuro, para efetivamente marcar a data, o local e os nomes de todos aqueles pioneiros e aventureiros que, em início do século XVIII, tiveram o mérito histórico de, pela primeira vez, se instalar com ânimo definitivo nas margens dos rios Cuiabá e Coxipó.

Obviamente esse registro histórico foi lavrado e reduzido a termo, em um papel avulso ou ao maço, e devidamente assinado pelo escrivão e por quantos assistiram aquele memorável acontecimento. Só que infelizmente esse precioso e único documento deve ter-se perdido na poeira dos séculos, no descaso de autoridades que tinham por obrigação institucional preservá-lo como parte integrante da memória social matogrossense.

A história até hoje tem aceitado que esse documento tenha realmente existido e, graças ao espírito indagador e à preocupação com

o registro de José Barbosa de Sá, o primeiro cronista das coisas do passado cuiabano e matogrossense, o conteúdo desse termo foi devidamente salvo do completo desaparecimento.

O licenciado José Barbosa de Sá, o primeiro historiador, o primeiro que delineou e deu diretrizes cronológicas à nossa história, foi autor da “*RELAÇÃO DAS POVOAÇÕES DE CUIABÁ E MATO GROSSO DE SEUS PRINCÍPIOS ATÉ OS PRESENTES TEMPOS*”

Esta obra é de suma importância para nossa historiografia, não só pela ordenação, organização e relato de fatos históricos importantes, mas porque a contemporaneidade de seu autor com os fatos por ele contados lhe dá inegavelmente credibilidade e respaldo, e ainda porque relata determinados acontecimentos inéditos, jamais posteriormente registrados e que por certo teriam se perdido na memória do tempo não fosse a sua preocupação com o registro histórico.

E isso foi o que sucedeu especificamente com a Ata de Fundação de Cuiabá. José Barbosa de Sá a encontrou provavelmente nos arquivos do Senado da Câmara de Cuiabá, a pode manusear, ler, analisar e a transcrever em seus manuscritos, e assim, conseguiu salvá-la como documento único da memória histórica cuiabana. Isso é o que se tem como verdadeiro por quantos já contaram a história do passado mato-grossense.

Posteriormente, em obediência à Provisão Real de 20 de Julho de 1782, o Senado da Câmara de Cuiabá providenciou o histórico cronológico dos fatos ocorridos na mesma vila desde a sua fundação. O segundo vereador Joaquim da Costa Siqueira, encarregado da redação desses Anais, preferiu simplesmente copiar o histórico do relatado por José Barbosa de Sá, desde a fundação de Cuiabá até 1755, sendo daí por diante, o relato de sua própria autoria. Copiando os manuscritos do primeiro cronista, obviamente o vereador transcreveu também a Ata de Fundação nos Anais do Senado da Câmara de Cuiabá.

Encontrando os originais de Joaquim da Costa Siqueira em S. Paulo, dentre os papéis do Marechal José de Arouche de Toledo Rendon, irmão de Diogo de Toledo Lara e Ordonhez que à época na qualidade de

Juiz de Fora era o Presidente do Senado da Câmara, o historiador Antônio de Toledo Piza os fez publicar com o título de “*Crônicas do Cuiabá*”, no volume 4º de 1899/90 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Assim, pela primeira vez, a Ata da Fundação de Cuiabá foi publicada, quase dois séculos após redigida pelos bandeirantes aventureiros às margens do rio Coxipó.

Logo em seguida a referida ata foi novamente publicada, desta vez no vol. XXIII dos Anais da Biblioteca Nacional em 1901.

E essa Ata de Fundação já foi inúmeras vezes transcrita em livros e artigos, mas sem que, os historiadores que a transcreveram, se preocupassem com uma análise crítica maior, no tempo e no espaço, a respeito da mesma.

Nos dois textos mencionados, a “*Relação ...*” de Barbosa de Sá, nas “*Crônicas do Cuiabá*” tanto na publicação de Toledo Piza como nos Anais da Biblioteca Nacional, as diferenças são mínimas e irrelevantes dentro da compreensão geral do texto. Dentre nomes daqueles que assinaram a Ata, Barbosa de Sá nomeia um Pedro de Godoi e um outro José Paes da Silva, enquanto que para esses Joaquim da Costa Siqueira grafa Pedro de Goes e José da Silva Paes. As demais diferenças prendem-se a tão somente supressão de uma palavra ora num ora noutro texto, além de pequenas trocas de vocábulos por outros assemelhados.

Assim, graças à preocupação com o registro histórico por parte de José Barbosa de Sá em sua “*Relação das Povoações...*”, ao mérito da transcrição de Joaquim da Costa Siqueira nos “*Anais do Senado da Câmara*” e ao zelo de Antônio de Toledo Piza, com a publicação das “*Crônicas do Cuiabá*”, a Ata de Fundação de Cuiabá é hoje conhecida e salva dessa forma, como peça principal e maior da historiografia matogrossense.

I

OS PRIMEIROS ANOS DE CUIABÁ

Em algum ano entre 1673 e 1682 (há contradição histórica a respeito da data correta) os bandeirantes paulistas Manoel de Campos Bicudo e Bartolomeu Bueno da Silva, este o primeiro Anhanguera, penetraram território matogrossense em busca das lendárias Minas dos Martírios.

Em companhia de seus filhos menores, Antônio Pires de Campos e Bartolomeu Bueno da Silva, que se tornaria o 2º Anhanguera, com 14 e 12 anos respectivamente, essa bandeira unificada pelo encontro dos dois grupos em pleno sertão, chegou até a confluência dos rios Cuiabá com o Coxipó. Aí os bandeirantes acamparam e chegaram mesmo a plantar roças de subsistência, denominando o lugar de São Gonçalo.

Por informação de índios boróros, tomaram rumo norte em direção às nunca encontradas Minas dos Martírios.

Essa foi a primeira vez, pelo menos que a história tenha deixado registrado, que bandeirantes chegaram à região superior do rio Cuiabá, e isso ainda no século XVII.

Cerca de 37/45 anos após essa primeira penetração, voltou Antônio Pires de Campos à região, subindo em 1717 o Rio Cuiabá em busca de índios para escravização.

Na confluência do rio Cuiabá com o Coxipó, no mesmo lugar que décadas antes havia arranchado com seu pai e com o 1º Anhanguera, acampou novamente e denominou o local de São Gonçalo Velho.

Esse local por quase um ano serviu de acampamento base em suas incursões contra os índios Coxiponés que habitavam por toda a região.

Em 1718 retirou-se da região descendo o Rio Cuiabá em direção a São Paulo, para a venda em Sorocaba dos índios escravos pela sua bandeira preados.

Em pleno Mar dos Xaraiés encontrou-se com a bandeira de Pascoal Moreira Cabral Leme, paulista de Sorocaba, que há 2 anos já andava por terras do hoje Estado de Mato Grosso do Sul, escravizando índios e fazendo toda a sorte de incursões predadoras.

Pires de Campos, bandeirante de nomeada, informou a Pascoal Moreira sobre o resultado de suas incursões e deu indicações dos índios Coxiponés, habitantes do Cuiabá acima e por todo o vale do Coxipó.

Nesse mesmo ano de 1718 chegou a nova bandeira capitaneada por Pascoal Moreira Cabral na região dos perseguidos índios Coxiponés. E São Gonçalo, o antigo acampamento de Manoel de Campos Bicudo, viu pela terceira vez homens brancos se arrancharem em suas terras num período de cerca de quatro décadas.

Pascoal Moreira subiu o Coxipó Mirim acima, há algumas léguas de São Gonçalo onde deixara alguns de seus homens, e nos rios dos Peixes e Mutuca, encontrou, combateu e aprisionou os índios que procurava.

Todavia, os índios revidaram de forma violenta os ataques dos bandeirantes, o que obrigou Pascoal Moreira a retroceder até o seu acampamento base, o mesmo São Gonçalo Velho da confluência do Cuiabá com o Coxipó.

Nesse local, em seu retorno, os companheiros que ficaram já os surpreenderam com o ouro encontrado em abundância às margens do rio Coxipó. Pascoal Moreira e seus homens, com o metal precioso em fartura, passaram de preadores de índios a faiscadores do ouro.

“Ai formaram o seu arraial, para tomar descanso cantando vitória contras as fadigas da pobreza e suas largas peregrinações dando uns aos outros os parabéns de suas fortunas” como nos conta o cronista Barbosa de Sá em sua *“Relação...”*

Com as mãos, com chapéus, com utensílios de cozinha, com ferramentas improvisadas, o ouro ia saindo com abundância do leito farto do Coxipó.

Todavia, o índio Coxiponé era aguerrido e não dava tréguas aos bandeirantes pioneiros. Numa única ocasião Pascoal Moreira conseguiu levar a melhor, na incursão contra uma Aldeia existente no local denominado posteriormente Porto do Borralho.

Em seus apertos com os índios, Pascoal Moreira despachou canoa ligeira atrás de bandeiras que estavam perambulando mais ao sul, para ajudá-lo em sua guerra contra os indígenas e na mineração do ouro.

Após tempos, chegou a bandeira de Fernando Dias Falcão, e este intrépido bandeirante, com os seus homens bem armados, conseguiu salvar o velho sertanista de um desastre total.

Sobre este episódio o próprio Pascoal Moreira nos dá conta através uma certidão de 7 de Abril de 1723; "*O Capitão-Mór Fernando Dias Falcão me chegou a este Arraial com 130 homens de guerra de socorro na era de 1718, estando eu e os mais sem armas, sem pólvora, sem chumbo e sem ferramentas, sem termos nenhuma resistência, e com este socorro ficamos remediados de tudo e restaurou nossa vidas que estávamos sentenciados pelo gentio à morte...*"

Com esse socorro trataram logo de melhorar seus ranchos e fazer lavouras pelas margens dos rios e assim, consolidando a conquista, tentar expulsar definitivamente o gentio que ainda lhes rondava.

Tudo indica que, pelo que José Barbosa de Sá deixa transparecer em sua crônica pioneira, os bandeirantes já devidamente instalados, devem ter erigido uma pequena capela ao padroeiro do local, São Gonçalo. E isso era o costume. Um arraial mais ou menos consolidado tinha que ter um largo, a rancharia de moradia, um local de guarda e estoque de mantimentos e um rancho de palha que servia, senão de capela, face a ausência de padres nos primeiros tempos, ao menos de oratório para as orações dos devotos. Provavelmente um rancho à guisa de capela ou oratório deve ter

sido erigido no Arraial de São Gonçalo Velho tendo como padroeiro natural e histórico, obviamente o dito São Gonçalo.

Em 8 de Abril de 1719, vários meses após a sua chegada em São Gonçalo Velho, reuniram-se os principais do arraial, e escolhendo para escrivão Manoel dos Santos Coimbra, talvez por ser o mais letrado entre todos, lavrou-se o tal “*arranzel*”, como o próprio Barbosa de Sá a ele se refere, institucionalizando assim as minas recém descobertas.

Enviados alguns homens para São Paulo a dar notícia do achado, “*foi tal o movimento que causou nos ânimos que das Minas Gerais, Rio de Janeiro e de toda a Capitania de São Paulo se abalaram muitas gentes deixando casas, fazendas, mulheres e filhos botando-se para estes sertões como se fora a terra da promessa ou o paraíso...*”, como nos informa Barbosa de Sá.

Todavia, o ouro muito bateado e catado pelas margens do córrego foi rapidamente se escasseando, só sendo encontrado com mais abundância muito longe, pelo Coxipó acima. A distância do ouro fácil, o perigo do gentio sempre incerto e ameaçador, fez com que, após 2 anos e meio arranchados em São Gonçalo Velho, mudassem o seu arraial para o local denominado Forquilha.

“*...mudaram-se todos para o Coxipó acima, lugar chamado hoje a Forquilha onde formaram Arraial e levantaram igreja com o título de Nossa Senhora da Penha de França e celebraram-se officios divinos...*” conforme ainda nos conta Barbosa de Sá.

Novos bandeirantes, novos pioneiros, religiosos, mineradores e gente de todas as profissões chegavam ao novo arraial da Forquilha, apesar do perigo que constituía a vagem de São Paulo até as novas minas, face costumeiros ataques dos índios Paiaguás. Mas o ouro abundante dava esperança e por certo, guarida e recompensa a todos os que para lá se dirigiam sonhando com a riqueza fácil.

Em outubro de 1722, o paulista Miguel Sutil, através dois índios seus escravos, encontrou abundante ouro às margens do Córrego da

Prainha. Espalhada a notícia no Arraial da Forquilha ou Arraial do Coxipó como também era conhecido, em pouco tempo esse povoado inteiro se fez transportar para as novas lavras do Sutil.

A ocupação iniciou-se pelas margens da Prainha, nas imediações do que seria hoje a Igreja do Rosário, local posteriormente chamado de Tanque do Ernesto, e rapidamente se espalhou a rancharia pela planície existente em sua margem direita.

A partir de 1723, o arraial se institucionalizou, com o início da cobrança dos quintos reais e as nomeações em 26 de abril para guarda mór, confirmando Pascoal Moreira Cabral nesse cargo, a 7 de maio a Lourenço Leme como Provedor dos Quintos e João Leme como Sargento Mór. Ainda nesse mesmo ano, por ordem do Capitão General Rodrigo César de Menezes, se fez eleição para 12 deputados, espécies de fiscais à época, bem como um escrivão e um meirinho.

Estava se iniciando assim a institucionalização e a consequente consolidação nesse local às margens do Córrego da Prainha, do que seria a futura vila a 1º de janeiro de 1727 e cidade de Cuiabá a 17 de Setembro de 1818.

De São Gonçalo Velho na confluência do Rio Cuiabá com o Coxipó, passando pela Forquilha ou Arraial do Coxipó ou Minas do Coxipó, na confluência desse rio com o córrego Mutuca, até as Lavras do Sutil ou Arraial do Cuiabá às margens do Córrego da Prainha, passaram-se certamente mais de 4 anos de perigos, guerras, doenças, e principalmente, sonhos e esperanças de toda a ordem.

II

A ATA

José Barbosa de Sá em sua já citada “*Relação...*” em texto original nos transcreve a Ata comentando:

“.... e juntos os que ficaram, mandaram escrever um arranzel para seu regime que é o seguinte copiado do mesmo original:”

“Aos oito dias do mês de Abril da era de mil setecentos e dezenove anos neste Arraial do Cuiabá fez junta o Capitão Mór Pascoal Moreira Cabral com os seus companheiros e ele requereu a eles este termo de certidão para noticia do descobrimento novo que achamos no ribeirão do Coxipó invocação de Nossa Senhora da Penha de França depois de foi o nosso enviado o Capitão Antônio Antunes com as amostras que levou do ouro ao Senhor General com a petição do dito capitão mór fez a primeira entrada aonde assistiu um dia e achou pinta de vintém e de dois e de quatro vinténs a meia pataca e a mesma pinta fez na segunda entrada em que assistiu sete dias eles e todos os seus companheiros às suas custas com grandes perdas e riscos em serviço de Sua Real Magestade e como de feito tem perdido oito homens brancos fora negros e para que a todo tempo vá isto a noticia de sua Real Magestade e seus governos para não perderem seus direitos e por assim ser verdade nós assinamos todos neste termo o qual eu passei bem e fielmente a fé de meu officio como escrivão deste Arraial. Pascoal Moreira Cabral, Simão Rodrigues Moreira, Manoel dos Santos Coimbra, Manoel Garcia Velho, Baltazar Ribeiro Navarro, Manoel Pedroso Lousano, João de Anhaia Lemes, Francisco de Sequeira,

Asenço Fernandes, Diogo Domingues, Manoel Ferreira, Antônio Ribeiro, Alberto Velho Moreira, João Moreira, Manoel Ferreira de Mendonça, Antônio Garcia Velho, Pedro de Godois, José Fernandes, Antônio Moreira, Inácio Pedroso, Manoel Rodrigues Moreira, José Paes da Silva.

No mesmo dia e ano atrás nomeado elegeu o povo em voz alta o Capitão Mór Pascoal Moreira Cabral por seu guarda mór regente até ordem do senhor General para poder guardar todos os ribeiros de ouro, socavar e examinar e composições aos mineiros e botar bandeiras tanto a minas como nos inimigos bárbaros e visto elegerem ao dito lhe acatarão o respeito que poderá tirar auto contra aqueles que forem régulos com é emotinador e alevés que expulsará e perderá todos os seus direitos e mandará pagar dívidas e que nenhum se recolherá até que venha o nosso enviado o Capitão Antônio Antunes de que todos levamos a bem hoje oito de abril de mil setecentos e dezenove anos eu Manoel dos Santos Coimbra escrivã do Arraial que escrevi, Pascoal Moreira Cabral”.

No parágrafo imediatamente seguinte dando sequência ao texto retro de ata, o cronista barbosa de Sá continua em sua “*Relação ...*”

“Aos vinte e quatro do mês de julho botou o guarda mór Pascoal Moreira Cabral uma bandeira a descobrimento de ouro aonde foi por guarda menor Manoel Garcia Velho junto como escrivão, das datas aonde descobriu um ribeiro por nome São João com pinta de oitavas e meia pataca e dois vinténs, e outro ribeiro de Santo Antônio com a mesma pinta ribeiros de porte para se repartir e por assim ser verdade mandou o guarda mór passar este termo por mim escrivão, das datas que o escrevi bem e fielmente a fé de meu ofício hoje quinze do mês de agosto de mil setecentos e dezenove anos. Manoel dos Santos Coimbra; Pascoal Moreira Cabral, Manoel Garcia Velho”.

Face o desaparecimento por completo do documento original, como o próprio José Barbosa de Sá nos diz em suas crônicas cuiabanas “*Por esta escrita aqui copiada do próprio original ...*” conseguiu ele salvar para sempre esta Ata do esquecimento e do desaparecimento completo. Graças a ele, à sua veia inata de historiador e de competente cronista com a preocupação do registro para o futuro, temos hoje esta verdadeira certidão de nascimento de Cuiabá. Pelo menos essa versão é aceita hoje em dia pelos historiadores do passado matogrossense.

III

TRANSCRIÇÃO PARALELA DE DOIS TEXTOS DA ATA

Texto original de José Barbosa de Sá - transcrito In - "*Relação das povoações...*" - Cuiabá - Ed UFMT - 1975

"Aos oito dias do mês de abril da era de mil setecentos e dezenove anos, neste Arraial do Cuiabá fez junta o Capitão Mór Pascoal Moreira Cabral com seus companheiros e ele requereu a eles este termo de certidão para notícia do descobrimento novo que achamos no ribeirão do Coxipó invocação de Nossa Senhora da Penha de França depois de foi o nosso enviado o Capitão Antônio Antunes com as amostras que levou de ouro ao Senhor General com a petição do dito Capitão Mór fez a primeira entrada adonde assistiu um dia e acho pinta de vintém e de dois e de quatro vinténs a meia pataca e a mesma pinta fez na segunda entrada em que assistiu sete dias ele e todos os seus companheiros as suas custas com grandes percas e riscos em serviço

Texto transcrito por Joaquim da Costa Siqueira - In "*Crônicas do Cuiabá*" - In vol IV da Rev. Inst. Hist. Geogr. de S. Paulo de 1899/90

"Aos oito dias do mês de abril de mil setecentos e dezenove anos, neste Arraial do Cuiabá fez junta o capitão mór Pascoal Moreira Cabral com os seus companheiros e lhes requereu a eles este termo de certidão para notícia do descobrimento novo que achamos no ribeirão do Coxipó invocação de Nossa Senhora da Penha de França depois que foi o nosso enviado o Capitão Antônio Antunes com as amostras que levou do ouro ao senhor General com a petição do dito capitão mór fez a primeira entrada onde assistiu um dia e achou pinta de um vintém, de dois e de quatro vinténs e meia pataca e a mesma pinta fez na segunda entrada em que assistiu sete dias e todos os seus companheiros as suas custas com grandes perdas e riscos em serviço

de Sua Real Magestade e como de feito tem perdido oito homens brancos, fora negros e para que a todo tempo vá isto a notícia de Sua Real Magestade e seus governos para não perderem seus direitos e por assim ser verdade nós assinamos todos neste termo o qual eu passei bem e fielmente a fé de meu officio como escrivão deste Arraial.

Pascoal Moreira Cabral
Simão Rodrigues Moreira
Manoel dos Santos Coimbra
Manoel Garcia Velho
Baltazar Ribeiro Navarro
Manoel Pedroso Lousano
João de Anhaia Lemos
Francisco de Sequeira
Asenço Fernandes
Diogo Domingues
Manoel Ferreira
Antônio Ribeiro
Alberto Velho Moreira
João Moreira
Manoel Ferreira de Mendonça
Antônio Garcia Velho
Pedro de Godois
José Fernandes
Antônio Moreira
Inácio Pedroso
Manoel Rodrigues Moreira
José Paes da Silva
No mesmo dia mês e ano atras

de Sua Real Magestade e como de feito tem perdido oito homens brancos fora negros e para que a todo o tempo vá isto a notícia de S. Real Magestade e seus governos para não perderem seus direitos e por assim ser verdade nós assinamos neste termo o qual eu passei bem e fielmente a fé do meu officio como escrivão deste Arraial.

Pascoal Moreira Cabral
Simão Rodrigues Moreira
Manoel dos Santos Coimbra
Manoel Garcia Velho
Baltazar Ribeiro Navarro
Manoel Pedroso Lousano
João de Anhaia Lemos
Francisco de Siqueira
Ascenço Fernandes
Diogo Domingues
Manoel Ferreira
Antônio Ribeiro
Alberto Velho Moreira
João Moreira
Manoel Ferreira de Mendonça
Antônio Garcia Velho
Pedro de Goes
José Fernandes
Antônio Moreira
Inácio Pedroso
Manoel Rodrigues Moreira
José da Silva Pes
No mesmo dia mês e ano atras

nomeado elegeu o povo em voz alta o Capitão Mór Pascoal Moreira Cabral por seu guarda mór regente até ordem do Senhor General para poder guardar todos os ribeiros de ouro, socavar e examinar e composições aos mineiros e botar bandeiras tanta a Minas como nos inimigos bárbaros e visto elegerem ao dito lhe acatarão o respeito que poderá tirar auto contra aqueles que forem régulos com é amotinador e aleves que expulsará e perderá todos os seus direitos e mandará pagar dividas e que nenhuma se recolherá até que venha o nosso enviado o Capitão Antônio Antunes de que todos levamos a bem hoje oito de abril de mil setecentos e dezenove aos eu Manoel dos Santos Coimbra escrivão do Arraial que escrevi.

Pascoal Moreira Cabral

nomeados elegeu o povo em voz alta o capitão mór Pascoal Moreira Cabral por seu guarda mór regente até ordem do senhor General para poder guardar todos os ribeiros de ouro, socavar examinar e fazer e composições aos mineiros e botar bandeiras tanto nas minas como aos inimigos bárbaros e visto elegerem ao dito lhe acatarão o respeito que poderá tirar autos contra aqueles que forem régulos com é amotinador e aleves que expulsará e perderá todos os seus direitos e mandará pagar dividas e que nenhuma se recolherá até que venha o nosso enviado o Capitão Antônio Antunes o que todos levamos a bem hoje 8 de abril de 1719 anos e eu Manoel dos Santos Coimbra escrivão do Arraial que escrevi.

Pascoal Moreira Cabral

Por essa transcrição paralela pode-se observar que pouquíssimas diferenças existem entres os textos apresentados. Uma ou outra palavra acrescentada, substituída ou omitida, nomes próprios trocados ou mesmo completados, mas que absolutamente em nada interferem na compreensão e entendimento geral do texto.

Presume-se com isso, que o texto original da referida Ata, transcrita por José Barbosa de Sá em sua "*Relação ...*" tenha chegado até hoje bastante integral, apesar de passados quase três séculos.

Outrossim, a Ata transcrita nos originais das "*Crônicas do Cuia-bá*", escritas por Joaquim da Costa Siqueira, por ter uma melhor compreensão em seu texto, face inclusão de algumas poucas palavras para

melhorar o seu sentido, é de se inferir que tais modificações hajam sido introduzidas pelo historiador Antônio de Toledo Piza. Este brilhante historiador encontrou os manuscritos das “*Crônicas do Cuiabá*” dentre os documentos deixados pelo Brigadeiro José de Arouche Toledo Rendon, que certamente obtivera os mesmos de seu irmão Diogo de Toledo Lara Ordonhez. Toledo Piza ao publicar essas crônicas na Revista nº IV do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo em 1899/90, certamente, no que concerne à transcrição da ata, deu uma ligeira burilada no texto da mesma, com a finalidade de facilitar o seu entendimento.

O texto da Ata publicada pela Universidade Federal de Mato Grosso em 1975 é idêntico ao publicado no vol. 23 dos Anais da Biblioteca Nacional, e este foi baseado em manuscrito, talvez da própria lavra de Barbosa de Sá, encontrado nessa mesma biblioteca.

Ramiz Galvão em seu catálogo da Exposição de História do Brasil, publicada no vol. 9 de 1881/82 nos Anais da Biblioteca Nacional, no item 647, nos relata:

“647 - *Relação das povoações do Cuyabá e Mato Grosso desde seus principios the os prez.es tempos (Por Jozé Barboza de Saa) 1775 - manuscrito original - In. fol. 82 ff - Expositor Barão da Penha*”.

Assim, provavelmente esse manuscrito, hoje pertencente à Biblioteca Nacional, é o original da própria autoria de José Barbosa de Sá, onde se acha transcrita a referida Ata de fundação de Cuiabá.

Dessa forma a Ata transcrita pelo primeiro cronista cuiabano em sua “*Relação ...*”, editada pela UFMT em 1975 e pelos Anais da Biblioteca Nacional em 1901, procedem da mesma origem, tal seja, um manuscrito encontrado nessa biblioteca de provável lavra original do próprio cronista em suas “*Crônicas do Cuiabá*”, contendo algumas modificações, possivelmente introduzidas no texto pelo historiador Toledo Piza. É o que se infere da leitura e análise dos três textos conhecidos que transcreveram a ata.

IV

DA ANÁLISE DO TEXTO

Historiadores e paleógrafos, acostumados a ler documentos originais ou mesmo transcrições do século XVIII notadamente, estão perfeitamente familiarizados e em sintonia com o conteúdo e forma do texto que nos é apresentado por Barbosa de Sá, do que convencionou-se dispor como sendo a Ata de Fundação da cidade de Cuiabá.

Na forma, o texto é reduzido como costuma acontecer em tais documentos institucionais. Carece principalmente de pontuação e sinais gráficos convencionais acertadamente aplicados, o que dificulta a sua inteligência, salvo uma análise mais atenta e acurada. Apesar da falta de pontuação proporcionar a dificuldade de inteligência do texto, não se percebem erros graves de português, de acentuação, concordância e ou conjugação verbal.

No seu conteúdo, pretenderam os bandeirantes registrar a seu modo, através termo, o descobrimento de novas minas de ouro em pleno sertão, no começo do século XVIII.

Em poucas linhas consegue o texto sintetizar fatos como o novo descobrimento no Coxipó, o bandeirante enviado a S. Paulo, a capela e a invocação a Nossa da Penha de França, as primeiras descobertas de ouro e as quantidades respectivas, os homens que morreram, a eleição de Pascoal Moreira Cabral e a sua competência e atribuições de guarda e administração sobre o lugar e ainda as assinaturas de quantos participaram dessa solenidade de fundação.

Há que se salientar uma observação interessante. A Ata propriamente dita foi dividida em 2 partes distintas. A primeira parte, conforme acima pode-se observar, termina com as assinaturas de Pascoal Moreira,

do escrivão Manoel dos Santos Coimbra e de 20 outros bandeirantes que estavam presentes ao ato. Essa primeira parte não fala em fundação de arraial, mas em “...*termo de certidão para notícia do descobrimento novo...*” A segunda parte, nos relata a eleição de Pascoal Moreira como guarda mór do arraial e dos poderes de que foi investido. Começa com um lacônico “*no mesmo dia mês atrás nomeado...*” parecendo a princípio ter sido escrita posteriormente à primeira parte. Todavia terminam ambas as partes com a mesma data de oito de abril de 1719.

Tudo leva a crer que fez-se lavrar a primeira ata pelo escrivão Manoel dos Santos Coimbra e seguiram-se as assinaturas dos presentes. As discussões deviam ter continuado, quando se lembrou e discutiu a eleição de Pascoal Moreira Cabral para o seu Guarda Mór e dessa forma, dar-lhe poder de direito para administrar as minas e os mineiros, reabriu-se a ata e se deu continuidade à mesma. Foi quando então se iniciou a segunda parte da mesma, assinada, desta vez, somente por Pascoal Moreira e pelo escrivão.

Assim, a rigor o termo lavrado em 8 abril de 1719 não é propriamente um Ata de Fundação de arraial, mas sim um termo para se dar notícias do descobrimento de minas de ouro, conforme o próprio texto nos indica.

Tal termo deve ter sido escrito em algum papel solto. Muito improvável que após anos de sertão tivesse Pascoal Moreira em seu poder algum livro de atas para que pudesse nessa ocasião ter lavrado o tal termo.

Uma folha solta, um papel de carta, uma folha de papel ao maço provavelmente teria sido o papel em que o escrivão do arraial efetuou o tal registro.

Mas como se explicaria, numa folha solta, conforme cópia de Barbosa de Sá, além das duas partes distintas em que se divide a ata, uma terceira parte, datada de 15 de agosto de 1719, relatando descobrimento de ouro em ribeirão pelas imediações, em 24 de julho, assinada por Pascoal Moreira Cabral, pelo escrivão Coimbra e ainda por Manoel Garcia Velho, este guarda menor das minas de São João e Santo Antônio.

Seria o início de um registro cronológico que ficou em tão somente duas anotações? Seria essa terceira parte um rascunho de algum documento que se enviou para S. Paulo comunicando mais descobertas de ouro? Porque somente 4 meses após os primeiros registros, 8 de abril, se fez a 15 de agosto esse outro registro? Difícil as respostas.

Mas o fato é que, tudo indica, José Barbosa de Sá deve ter visto esse documento e o transcreveu em sua crônicas, e lá estavam os três registros. Dois de 8 de abril e um de 15 de agosto de 1719, que ele sequencialmente copiou.

Pelo menos, é essa a versão oficial da história hoje aceita, história essa contada pelo cronista primeiro José Barbosa de Sá. Ele nos conta que copiou o documento, donde se conclui que ele viu manuseou, analisou e transcreveu essa folha.

Realmente uma pena essa página solta contendo o precioso documento não tivesse sobrevivido aos séculos e ter chegado intata até nossos dias, para podermos ou não confirmar essa versão de ata, contada pelo cronista José Barbosa de Sá, hoje em dia tida como oficial.

V

INTERPRETAÇÃO DO TEXTO

- 1 - *“Aos oito dias do mês de abril da era de mil setecentos e dezenove anos neste Arraial do Cuiabá...”*

Demonstra o escrivão que na data acima e localizado no Arraial do Cuiabá iniciou a redação do texto. Em especial com relação ao local foi muito claro de onde escrevia, do Arraial de Cuiabá.

- 2 - *“...fez junta o Capitão Mór Pascoal Moreira Cabral com os seus companheiros...”*

Nesse local reuniu Pascoal Moreira Cabral com os seus companheiros de jornada e de lutas pelos sertões. Capitão Mór geralmente se designava ao comandante da bandeira que adentrava aos sertões, ou então chefe de algum arraial. Antes de ser o guarda mór das minas de Cuiabá, Pascoal Moreira Cabral era o Capitão Mór de sua bandeira.

- 3 - *“...e ele requereu a eles termo de certidão para notícia do descobrimento novo que achamos no ribeirão do Coxipó...”*

Assim, reunidos os companheiros, o mesmo Capitão Mór Pascoal Moreira Cabral requereu que se lavrasse um termo de certidão, ou seja uma ata para que se anotasse a notícia do novo descobrimento de ouro. Fica por esse termo patente que o descobrimento deu-se às margens do ribeirão Coxipó onde estavam acampados os bandeirantes.

- 4 - *“...invocação de Nossa Senhora da Penha de França...”*

Pelo termo, havia alguma capela ou algum rancho de oração tendo como padroeira a referida Nossa Senhora da Penha de França nesse local, nessa rancharia onde estavam reunidos os bandeirantes.

5 - *"...depois de foi o nosso enviado o Capitão Antônio Antunes com as amostras que levou de ouro ao Senhor General..."*

Essa reunião foi levada a efeito após viagem do Capitão Mór Antônio Antunes Maciel a São Paulo, para onde levou amostras de ouro e dar notícias das novas minas ao Capitão General da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro D. Pedro de Almeida Portugal, Conde de Assumar.

6 - *"...com a petição do dito Capitão Mór..."*

Provavelmente o "dito" refere-se ao Capitão Mór Pascoal Moreira Cabral, que foi o primeiro descobridor das minas, e chefe incontestado de todas as bandeiras que para o Coxipó foram em seu socorro. Assim, entende-se que o Capitão Antônio Antunes Maciel, além das amostras do ouro levou também uma carta de Pascoal Moreira dando conta do descobrimento das novas minas ao Capitão General. Antônio Antunes Maciel era homem de confiança do guarda mór, pois anos antes, juntaram as respectivas bandeiras nos sertões do Mbotetei, hoje Mato Grosso do Sul, onde andaram destruindo aldeias e aprisionando índios.

7 - *"...fez a primeira entrada aonde assistiu um dia e achou pinta de vintém..."*

Esta frase está desconectada com a frase antecedente, numa linguagem arrevezada e própria de documentos da época. Entende-se que Pascoal Moreira Cabral fez uma primeira entrada, uma primeira pesquisa que durou somente um dia de serviço. Nesse trabalho achou-se pinta, ou seja, uma amostra de um vintém em ouro. Pinta significa amostra de jazida aurífera.

8 - *"...e de dois a quatro vinténs e meia pataca e a mesma pinta fez na segunda entrada em que assistiu sete dias ele e todos os seus companheiros..."*

Com certeza, em uma nova entrada, em uma nova pesquisa de 7 dias de trabalhos de garimpagem, o Capitão Pascoal Moreira Cabral e seus companheiros encontraram no mesmo local em que pesquisaram a primeira pinta, a quantidade de ouro que se descreve.

9 - “...às suas custas com grandes perdas a riscos em serviços de Sua Real Magestade...”

Essas duas entradas, de um e sete dias pesquisando veios auríferos, foram efetuadas às custas de Pascoal Moreira que na ocasião perdeu homens em tal empreitada. Coloca-se ainda que a entrada, as penetrações, as lutas com os índios, as pesquisas auríferas estavam sendo efetuadas para o bem e a serviço de Sua Magestade Real, o Rei D. João V.

10 - “...e como de feito tem perdido oito homens brancos fora negros...”

Descreve a quantidade de homens que perdeu o Capitão Mór a serviço de Sua Magestade Real, com certeza em suas lutas com os índios Coxiponés, que de todas as maneiras procuravam expulsar os bandeirantes de suas terras.

11 - “...e para que a todo o tempo vá isto a notícia de Sua Real Magestade e seus governos para não perderem os seus direitos...”

E os fatos já antes relatados, através do termo de certidão lavrado em reunião, deveriam ser enviados a Sua Magestade, a fim de que para sempre se tivesse conhecimento desse descobrimento efetuado pelos bandeirantes. Ainda se coloca a preocupação de que, tendo para sempre esse conhecimento, os sucessivos governos reais não pudessem eventualmente vir a perder os seus direitos dominiais sobre as novas minas descobertas.

12 - “...e por assim ser verdade nós assinamos todos neste termo o qual eu passei bem e fielmente a fé de meu officio como escrivão deste Arraial” - seguem-se as 22 assinaturas -

É a linguagem cartorial de fé pública até hoje usada pelos tabeliães. Por ser tudo o que se relatou no termo lavrado, verdadeiro e historicamente correto, foi redigido o referido documento e por todos os presentes devidamente assinados.

Nesta parte, faz-se uma pausa, parecendo que estavam encerrados os trabalhos da junta que Pascoal Moreira Cabral fizera reunir. Todavia,

em seguida, dão os bandeirantes continuidade à reunião e reabrem novamente o termo de certidão que antes havia sido devidamente encerrado.

13 - “*No mesmo dia e ano atrás nomeado...*”

Reabrem a ata no mesmo dia, mês e ano e provavelmente horário da recém encerrada ata, tal seja, 8 abril de 1719.

14 - “*...elegeu o povo em voz alta o Capitão Mór Pascoal Moreira Cabral por seu guarda mór regente...*”

Numa primeira eleição ocorrida em terras matogrossenses, os bandeirantes reunidos elegeram o seu chefe Pascoal Moreira Cabral para ser o guarda mór das novas minas descobertas. Com isso, esse notável bandeirante paulista e Capitão Mór de sua bandeira, com a provável e óbvia aquiescência dos Capitães-Mór de outras bandeiras, que lá já estavam, passou a exercer a função institucional de guarda mór regente das minas auríferas recém descobertas.

15 - “*...até ordem do Senhor General...*”

Isso demonstra ter sido a eleição em voz alta muito provisória, pois dependia de uma nova ordem ou confirmação do Capitão General D. Pedro de Almeida Portugal. Em 6 de novembro de 1720, Fernando Dias Falcão foi eleito pelo povo do arraial, Cabo Maior das minas e expressamente, pelo Termo lavrado nessa ocasião, conservou-se Pascoal Moreira Cabral em seu posto de Guarda Mór. Somente por patente de 27 de Abril de 1723, passada pelo Capitão General Rodrigo César de Meneses, Pascoal Moreira Cabral foi oficialmente confirmado no cargo de guarda mór regente das minas do Cuiabá.

16 - “*...para poder guardar todos os ribeiros de ouro, socavar e examinar e composição aos mineiros...*”

Define-se a competência do guarda-mór eleito. Competia a ele a guarda e proteção dos veios auríferos representados pelos ribeiros e

riachos que desaguavam no Coxipó, bem como mandar efetuar pesquisas e recolher amostras de ouro nesses locais. Estava ainda sob sua inteira jurisdição a distribuição de locais para se proceder à mineração, fazendo assim, uma composição com os bandeirantes mineradores que avidamente queriam a sua data para trabalhar.

17 - “...e botar bandeiras tanto nas minas como os inimigos bárbaros...”

Continuando definindo a competência administrativa do guarda mór, colocou-se que o mesmo podia mandar fazer expedições para novas descobertas auríferas, bem como ir à guerra contra os índios que com certeza ainda incomodavam bastante os bandeirantes, agora transformados em fiscadores de ouro.

18 - “...e visto elegeram o dito lhe acatarão o respeito...”

Tendo a vista a eleição democrática e em voz alta a que se procedeu, e com certeza, por unanimidade foi escolhido Pascoal Moreira Cabral para guarda mór, essa eleição lhe dava respaldo e fazia com que os bandeirantes-eleitores teriam para com ele o máximo respeito, e faria ainda com que as suas ordens fossem acatadas, respeitadas e executadas. Todos lhe acatariam e obedeceriam.

19 - “...que poderá tirar auto contra aqueles que forem régulos como é amotinador e alevés...”

Continuando definindo as atribuições e competências do guarda mór, informa que poderá tirar autos de devassa, tal seja, abrir inquéritos contra criminosos, ladrões, insufladores, amotinadores e enquadrá-los devidamente dentro das normas legais penais. “Alevés” quer dizer traidores.

20 - “...que expulsará e perderá os seus direitos...”

Enquadrando-os nas penas da Lei, o guarda mór poderá expulsar tais indivíduos das minas recém descobertas decretando ainda as perdas dos

direitos que porventura tiverem sobre datas auríferas que estiverem minerando.

21 - “...e mandará pagar dívidas...”

O escrivão no caso pretende dizer que o guarda mór no caso de expulsão do criminoso, poderá determinar a venda de seus bens pessoais tais como ouro, rancho, armas, pólvora, utensílios, etc, para pagamento de dívidas que por acaso o mesmo tivesse contraído nas minas.

22 - “...e nenhum se recolherá até que venha o nosso enviado Capitão Antônio Antunes...”

Por essa ata, condensando a opinião de todos os presentes na reunião, convencionou-se que não se recolherá à Real Fazenda nenhum tipo de imposto, ou quintos de ouro, até que tal assunto venha perfeitamente definido com o retorno do enviado Antônio Antunes Maciel. O guarda mór recém eleito cuidaria do cumprimento desse acordo feito com os bandeirantes mineiros.

23 - “...de que todos levamos a bem...”

Expressam os bandeirantes presentes à reunião a concordância unânime com os precisos acertos lavrados no dito termo de certidão pelo escrivão Manoel dos Santos Coimbra, dando todos assim, o seu acordo no tal arranzel.

24 - “...oito de abril de mil setecentos e dezenove...”

Confirma pela segunda vez, nesta segunda parte do termo lavrado, a data da reunião, como a mesma data aposta na primeira parte.

25- “...e eu Manoel dos Santos Coimbra escrivão do Arraial que escrevi,
Pascoal Moreira Cabral.”

Confirma a condição de Manoel dos Santos Coimbra designado escrivão do arraial recentemente estabelecido, talvez por ser o mais letrado dentre os bandeirantes ali presentes. Tudo indica que, somente o escrivão e Pascoal Moreira Cabral assinaram essa segunda parte da data.

VI

ÍNDICE BIOGRÁFICO DOS NOMES MENCIONADOS NA ATA

A Ata referida, embora pouco extensa, é rica em nomes próprios de homens que de uma forma ou de outra tiveram relação com os primeiros anos de Cuiabá e ficaram dessa maneira, registrados na história mato-grossense.

Além dos 22 bandeirantes pioneiros cujas assinaturas foram apositas diretamente nos originais da ata, conforme nos transcreve José Barbosa de Sá, encontramos também explicitamente duas referências ao Capitão Antônio Antunes Maciel, na qualidade de emissário dos bandeirantes para dar as notícias do novo descoberto de ouro, e ainda a menção ao Capitão General que à época tinha jurisdição sobre as minas, no caso D. Pedro de Almeida Portugal, Conde de Assumar. Mencionando ainda Sua Magestade, estava o escrivão se referindo a D. João V.

Assim, faz o histórico documento referência a 25 nomes que abaixo relacionamos, acompanhado de um pequeno arrazoado biográfico para cada um desses nomeados.

ALBERTO VELHO MOREIRA - Paulista, engajado desde 1716 na bandeira de Pascoal Moreira Cabral, assinou a Ata de 8 de abril de 1719 e ainda o Termo de 6 Novembro de 1720.

ANTÔNIO ANTUNES MACIEL - Filho de João Antunes Maciel e Joana Garcia, nasceu em fins do século XVII em Sorocaba, São Paulo. Casou-se em 1711 em Sorocaba com Maria Paes Domingues e teve seis filhos. Era alferes e posteriormente teve a patente de Capitão e em 16 de abril de 1733 a de Coronel, passada pelo Conde de Sarzedas. Em cerca de

1715 seguiu para os sertões juntamente com seus irmãos e no ano seguinte de 1716 ou 1717, encontrou-se nas margens do rio Mbotetei, hoje rio Miranda, com a bandeira de Pascoal Moreira Cabral. Unidas as forças, com este bandeirante subiu o Cuiabá até às margens do Coxipó para prear os índios Coxiponés. Com a descoberta de ouro, foi designado portador da notícia das novas minas ao Capitão General Pedro de Almeida Portugal. Deve ter retornado às minas em 1721. Posteriormente, em 1727, realizou bandeira juntamente com seu irmão Felipe Antunes Maciel contra os índios Parecis. Em 1733 combateu contra os Paiaguás em expedição preparada pelas autoridades cuiabanas, sob o comando do Mestre de Campo Manoel Rodrigues de Carvalho, para tentar por fim aos ataques desses índios às monções que vinham de São Paulo. Juntamente com seus irmãos João, Gabriel e Felipe, teve destacada vida em São Paulo, Sorocaba e Cuiabá. Faleceu em Sorocaba em 1745.

ANTÔNIO GARCIA VELHO - Paulista nascido em Guaratinguetá, era irmão do Sargento Mór João Garcia Velho. Saiu de Sorocaba em 1716 com a bandeira de Pascoal Moreira Cabral, acompanhando-o em suas incursões pelo rio Mbotetei e depois, em 1718, pelos rios Cuiabá e Coxipó, atrás dos índios Coxiponés. Faleceu provavelmente em Cuiabá.

ANTÔNIO MOREIRA - Um dos bandeirantes que acompanhou Pascoal Moreira Cabral desde Sorocaba, passando pelo Mbotetei, até a fundação do Arraial de Cuiabá, sendo um dos assinantes da referida Ata. Paulista de Itu, nessa cidade casou-se com Maria da Silva Aguiar, com quem teve 6 filhos. Faleceu em Jacareí, São Paulo, em 1734. Não se sabe quando saiu de Cuiabá, mas em 6 de Novembro de 1720 assinou o Termo feito pelos bandeirantes que se achavam nas minas, pelo qual consta a eleição de Fernando Dias Falcão para Cabo Maior das Minas e a confirmação de Pascoal Moreira Cabral como Guarda Mór do arraial.

ANTÔNIO RIBEIRO - Seu nome completo era Antônio Gonçalves Ribeiro, filho de Antônio Gonçalves Ribeiro e de Maria Leme da Silva. Paulista de nascimento, assinou, além da Ata, o Termo de 6 de novembro de 1720, não se tendo mais nenhum registro de sua vida.

ASCENÇO FERNANDES - A história não proporcionou qualquer registro a respeito desse bandeirante, a não ser a sua assinatura na Ata de 8 de abril de 1719.

BALTAZAR RIBEIRO NAVARRO - A única indicação que nos dá a historiografia a seu respeito é a sua assinatura aposta ao texto da Ata de 8 Abril de 1719.

DIOGO DOMINGUES - Chegou à região do Coxipó em 1719 com Pascoal Moreira Cabral. Assinou a ata em 1719, e em 1733 combateu os Paiaguás em pleno pantanal sob o comando do Mestre de Campo Manoel Rodrigues de Carvalho.

FRANCISCO DE SEQUEIRA - Ou Francisco de Siqueira, nascido em Parnaíba, São Paulo, filho de Francisco de Siqueira de Mendonça e Joana Leme de Brito, casou-se com Maria Leme da Silva. Chegou a Cuiabá em 1718 com Pascoal Moreira Cabral. Em 6 de novembro de 1720 assinou o Termo lavrado nesse ano nas minas cuiabanas.

INÁCIO PEDROSO - Chegou à Cuiabá com os primeiros bandeirantes que aportaram a região, provavelmente em 1718. Em 1733 combateu os índios Paiaguás na expedição comandada pelo Mestre de Campo Manoel Rodrigues de Carvalho.

D. JOÃO V - Rei de Portugal - A Ata referida menciona expressamente “*Sua Real Magestade*” por duas vezes em sua primeira parte. Na época o Rei de Portugal era D. João V, que governou o Reino Unido de Portugal Brasil e Algarves de 1706 até 1750, quando faleceu e passou o trono para D. José I. Todos os atos administrativos importantes relativos às minas de Cuiabá e Mato Grosso até 1750, foram por ele autorizados. Dentre suas realizações em favor de Mato Grosso, temos a criação da capitania de Mato Grosso por Carta Régia de 9 de Maio de 1748, e ainda as gestões para a criação da prelazia de Cuiabá pelo Papa Bento XIV, através da Bula

Candor Lucis Aeternae em 8 de Dezembro de 1745. Graças à diplomacia e ao gênio político de seu Primeiro Ministro Alexandre de Gusmão, é que hoje devemos a consolidação de nossas fronteiras pelo Tratado de Madrid. Seu Reinado foi marcado por Tratados de Paz entre França, Espanha, o reatamento com o Vaticano, bem como a finalização do Tratado de Madri a 13 de janeiro de 1750.

JOÃO DE ANHAIA LEMOS - Nascido em Itu, filho de Garcia de Lemes e Maria de Almeida. Em princípios do século XVIII já buscava minas de ouro no interior da Capitania de São Paulo. Em 1710 ainda era morador da vila de Itu, sua terra natal. Saiu de Sorocaba em 1716 com a bandeira de Pascoal Moreira Cabral para os sertões do Mbotetei e depois seguiu para Cuiabá. Diz Silva Leme que João de Anhaia Lemos, quando retornava para São Paulo, morreu em 1723 em combate com os índios Paiaguás de acordo com um livro de registro de óbitos de Itu. Todavia em suas crônicas, Barbosa de Sá, somente nos relata a monção de retorno do Padre André dos Santos Queiróz, carregada com os primeiros quintos pagos pelas minas de Cuiabá, como tendo sido a única nesse ano de 1723 a sair das minas para São Paulo. E essa expedição não consta ter sido atacada pelos Paiaguás.

JOÃO MOREIRA - Nasceu em Sorocaba cerca de 1680, filho de Belchior Moreira e Ana de Alvarenga. Casou-se em Sorocaba em 1703 com Clara Domingues com quem teve 6 filhos. Dois de seus filhos casaram-se na família Sutil de Oliveira de Sorocaba. A história nada mais registra a seu respeito.

JOSÉ FERNANDES - A historiografia matogrossense apenas o registra como um dos bandeirantes que assinaram a Ata de 1719.

JOSÉ PAIS DA SILVA - Anotado por Joaquim da Costa Siqueira como José da Silva Pais. O termo de 6 de novembro de 1729, registra a assinatura de um José Paes. Todavia nem a história nem a genealogia paulistana anota qualquer dessas 3 grafias de nomes em seus registros.

MANOEL FERREIRA - A história e a genealogia paulistana nos registram um certo Manoel Ferreira, natural de Itu, filho de Pedro Cordeiro de Almada e de Catarina de Mendonça, que desde 1716 andava pelos sertões a prear índios com a bandeira dos Antunes Maciel. São fortes os indícios de ser esse o mesmo que, em 1719, ainda em companhia dos irmãos Antunes Maciel e Pascoal Moreira Cabral, deixou a sua assinatura na ata de fundação do arraial.

MANOEL FERREIRA DE MENDONÇA - Natural de Sorocaba, filho de Jorge Ferreira de Mendonça e de Domingas Ribeiro, casado com Catarina de Torres, filha do notável bandeirante paulista Cunha Gago. Teve 4 filhos. Nada mais a história e a genealogia deixou registrado a seu respeito.

MANOEL GARCIA VELHO - Nascido em Taubaté em 1665, filho do Capitão Manoel Garcia Velho e Helena Rodrigues. Em 1718 assinou a Ata de Fundação de Cuiabá e em 6 de novembro de 1720 assinou também o termo já antes mencionado. Em 15 de agosto de 1719 assinou um termo juntamente com Manoel dos Santos Coimbra e Pascoal Moreira Cabral, pelo qual é designado guarda-menor das Minas de São João e Santo Antônio, na região do vale do Coxipó. Desconhecem-se mais dados sobre o mesmo sertanista.

MANOEL PEDROSO LOUSANO - O historiador Carvalho Franco o dá como paulista e um dos descobridores das minas do Cuiabá. Nada mais a história registrou a seu respeito.

MANOEL RODRIGUES MOREIRA - Natural de Taubaté, filho de Manoel Rodrigues Moreira e de Maria Bicudo. Casou-se com Ana Ribeiro Leme em Taubaté em 1699, e teve 9 filhos. Assinou o já mencionado Termo de 6 de novembro de 1720. Andou pelas minas do Cuiabá até cerca de 1728, quando retornou para São Paulo. Faleceu em São Paulo em 1766 em adiantada idade.

MANOEL DOS SANTOS COIMBRA - Sertanista, paulista certamente, vinha acompanhando Pascoal Moreira Cabral desde a partida de sua bandeira de Sorocaba em 1716. Por ser talvez o mais letrado e face sua amizade com o Capitão Mór, foi escolhido como escrivão do arraial recém criado. Redigiu a Ata de 8 de abril de 1719, bem como outro documento de 15 de Agosto de 1719. Em 6 de novembro de 1720, por um termo de assentada lavrado nas minas do coxipó, o escrivão a redigir tal termo foi Inácio Preto de Moraes. É muito curta a passagem de Manoel dos Santos Coimbra pela história de Cuiabá, sendo o seu registro tão somente no ano de 1719, não se sabendo sobre o seu destino em terras matogrossenses.

PASCOAL MOREIRA CABRAL LEME - Filho do Coronel Pascoal Moreira Cabral e de Mariana Leme, esse intrépido bandeirante nasceu em Sorocaba em 1654. Desde cedo iniciou as suas penetrações pelos sertões preando índios. Em 1682 fazia parte da bandeira de André Zunega, seu parente, na região do que restara das Missões Jesuíticas dos Itatins, às margens do rio Mbotetei, depois Rio Mondego, hoje Rio Miranda. Face os perigos da região, lá instalaram um arraial cercado por paliçada e devidamente fortificado com duas “*pecinhas*” de artilharia. Em 1699 esteve na região de Curitiba com vários outros bandeirantes, inclusive o posteriormente famoso Miguel Sutil de Oliveira, incursionando em pesquisa de ouro e de pedras preciosas. Em 1716 armou a sua própria bandeira e partiu novamente para a região do Mbotetei, onde passou por quase 2 anos fazendo incursões contra os índios da região. Nesse local encontrou-se com a bandeira dos irmãos Antunes Maciel e com ela uniu seus esforços para subir o rio Cuiabá. De Antônio Pires de Campos obteve informações sobre os índios Coxiponés, Cuiabá acima, que habitavam por todo o vale do Coxipó. Tendo fracassado na tentativa de escravização desses índios, acabou por descobrir ouro abundante nas margens desse córrego. Fundou sucessivamente os arraiais de São Gonçalo Velho em sua terceira ocupação, Forquilha e Cuiabá. Em 8 de abril de 1719 foi eleito guarda mór das minas recém descobertas. De acordo com termo de 6 de novembro de 1720, pelo povo reunido foi confirmado nesse cargo. Oficialmente essa

confirmação só chegou a 26 de abril de 1723, por ato do Capitão General Rodrigo César de Meneses, sendo tal designação sido aprovada por ato de D. João V de 28 de julho 1725. Pascoal Moreira Cabral casou em 1692 em Itu com Isabel de Siqueira Cortes, com quem teve dois filhos, sendo um de igual nome. De acordo com provisão do Capitão General Caldeira Pimentel de 19 de junho de 1730, este resolveu nomear a Antônio de Almeida Lara como guarda mór das minas de Cuiabá, pelo prazo de 1 ano, “*por estar ausente delas Pascal Moreira Cabral, que pelos muitos anos e achaques vive retirado das ditas minas...*” Em 19 de Dezembro de 1731, D. João V remete Carta Régia ao Capitão General Caldeira Pimentel, nomeando Tomé de Gouveia Silva e Quiroga como guarda mór das minas de Cuiabá, dizendo textualmente: “*Faço saber a vós, Antônio da Silva Caldeira Pimentel, Governador da capitania de São Paulo, que os oficiais da Câmara da Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá me representaram em carta de 29 de junho do ano passado, que no mesmo ano falecera Pascoal Moreira Cabral, guarda mór daquelas minas...*”. Assim o grande bandeirante paulista, intrépido sertanista fundador de Cuiabá, faleceu nessa cidade em junho de 1730, com 76 anos de idade.

PEDRO DE ALMEIDA PORTUGAL - Conde de Assumar - A Ata fala expressamente por duas vezes em “*Senhor General*”, que outro não é senão D. Pedro de Almeida Portugal, o Conde de Assumar, Capitão General e Governador da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro. Essa Capitania fora criada em 1710, com séde em Vila do Carmo, nas Minas Gerais. O Conde Assumar tomou posse na administração do governo em 14 de setembro de 1717, governando até 4 de setembro de 1721, com criação da Capitania de São Paulo e a posse do novo Capitão General Rodrigo César de Menezes. D. Pedro de Almeida Portugal, fidalgo português, foi posteriormente agraciado com o título de Marques de Castelo Novo e ainda nomeado vice Rei da Índia em 1744. A descoberta das novas minas do Coxipó por Pascoal Moreira Cabral e seus bandeirantes, deu-se ao tempo de sua jurisdição administrativa.

PEDRO DE GODOI - Denominado por Joaquim da Costa Siqueira em suas "*Crônicas do Cuiabá*" de Pedro de Gois. Segundo Carvalho Franco, parece ter sido o mesmo Pedro Correia de Godoi, filho de Baltazar de Godoi Bicudo e de Ines Dias de Alvarenga, casado com Ana de Borba, irmã do bandeirante Borba Gato. Foi um dos descobridores do Ribeirão do Carmo, sendo que em 1702 ainda continuava pelas Minas Gerais. Em 1715 estava casado novamente em Itu com Isabel Campos Bicudo, com quem teve 3 filhos, sendo que uma delas, Maria de Campos casou-se em Cuiabá com João Coelho da Fonseca. Parece ter sido um dos pioneiros da região, tendo acompanhado a bandeira de Pascoal Moreira Cabral desde 1716 e em Cuiabá realmente deve ter se estabelecido e aí terminado os seus dias.

SIMÃO RODRIGUES MOREIRA - A história tão somente registrou a sua assinatura na ata de 8 de abril de 1719 e no termo de 6 de dezembro 1720, nada mais anotando acerca desse sertanista.

VII

INDÍCIOS DA ATA TER SIDO LAVRADA APÓS A DATA QUE MENCIONA

Quando se escreve e produz história, há que se trabalhar em cima de hipóteses, em especial quando da análise documental de dados relativos a datas, personagens e fatos que podem suscitar dúvidas ou mesmo quando apresentam incoerências factuais.

No caso específico da Ata de Fundação da cidade de Cuiabá, numa crítica e em observação mais atenta, há pelo menos duas contradições com relação à cronologia histórica dos princípios da ocupação da região cuiabana, bem como mais um ponto digno de maior ponderação e estudo.

E em se analisando essas duas contradições históricas e esse ponto a ponderar, podemos deduzir que existem indícios muito fortes de que a Ata referida possa ter sido redigida alguns anos após a data por ela mencionada, tal seja, o 8 de abril de 1719, por todos até hoje aceita de forma incontestada.

São argumentações precisas e contundentes acerca da referida ata, no tempo e no espaço em que foi redigida e registrada pelos bandeirantes pioneiros desta terra cuiabana.

Senão vejamos:

1 - “*ARRAYAL DO CUYABA*”

Cronologicamente está devida e historicamente comprovado que Pascoal Moreira Cabral chegou à esta região, no denominado sítio de São Gonçalo Velho em 1718. Em 1721 o acampamento foi trasladado para o Arraial da Forquilha, Coxipó acima, e finalmente, em outubro de 1722,

novamente mudou-se para as Lavras do Sutil, situada às margens do córrego da Prainha, hoje centro da cidade de Cuiabá.

Assim, na data de 8 de abril de 1719, aposta na ata como sendo a da sua elaboração e assinatura, estava Pascoal Moreira Cabral e seu “*troço de guerra*”, devidamente arranchado em São Gonçalo Velho.

Nesse ponto é a própria Ata muito clara quando textualmente nos afirma “... *para notícia do descobrimento novo que achamos no ribeirão do Coxipó...*”. Desta forma, sem dúvida, estavam os bandeirantes às margens do Coxipó quando se deu a tal “*junta*” para redação e assinatura da Ata.

Há registros históricos, que no período de 1718 à 1721, remetiam os povoadores suas correspondências datando-as de:

- Arraial de São Gonçalo (S.Gonçalo Velho)
- Arraial do Carandá (possivelmente o mesmo S.Gonçalo)
- Minas do Coxipó (S.Gonçalo ou Forquilha)
- Arraial do Coxipó (S.Gonçalo ou Forquilha)
- Arraial da Forquilha

Não se encontra qualquer registro de que entre 1718 e 1721 escreviam do Arraial do Cuiabá ou mesmo recebiam correspondência endereçada a uma localidade com esta denominação.

Pelo menos nos arquivos de Cuiabá e de São Paulo não existem tais documentos.

O primeiro documento de que se tem notícia e que expressamente menciona o termo Cuiabá, é um bando expedido por D. Rodrigo César de Menezes de São Paulo em 23 de setembro de 1721, em que autoriza se apresentem pessoas para tentar “... *abrir se o caminho pelo sertão para as novas minas do Cuiabá...*”. A essa época os bandeirantes estavam arranchados ainda no arraial da Forquilha.

Pedro Taques nos transcreve documento a que ele próprio resolveu dominar de “*TERMO QUE FIZERAM OS PRIMEIROS EXPLORA-*

DORES QUE SE ACHARAM NAS MINAS DE CUIABÁ”, datado de 6 de novembro de 1720. Todavia, salienta-se, o título desse documento foi dado pelo historiador paulista. Taques dessa forma identifica o documento como uma referência, como uma mera apresentação do mesmo para fins de publicação e não como um título. Da mesma forma Toledo Piza resolveu chamar o histórico cronológico de Joaquim da Costa Siqueira de “*Crônicas do Cuiabá*” e como tal o publicou. Afonso de Taunay também resolveu chamar uma carta de Diogo de Toledo Lara Ordonhez de “*Carta de um Passageiro de Monção*”, e com esse título a mesma foi publicada.

Mas apesar dessa informação constatada, tal seja a não menção do nome Cuiabá em cartas, correspondências e ofícios, salienta-se, a Ata fala expressamente em “*Arraial do Cuiabá*”. Eis a incongruência notada.

Em abril de 1719 os bandeirantes estavam no Arraial de São Gonçalo Velho, podendo ser ainda ainda Arraial do Coxipó ou Minas do Coxipó. Com esses nomes a história registrou o local em que estavam arranchados com o seu Arraial.

Positivamente à época eles não chamavam o local de Arraial de Cuiabá. Este nome somente surgiu posteriormente, quando os bandeirantes estavam no arraial da Forquilha, antes mesmo da descoberta das Lavras Sutil em outubro de 1722, quando também, a partir de então, começou efetivamente a ser conhecida e chamada de Lavras do Cuiabá e Minas do Cuiabá.

Efetivamente, começaram a chamar os arranchamentos e povoados, de Minas do Cuiabá, e assim, referiam-se à toda região do rio Cuiabá, numa prova cabal de que, do nome do rio originou-se o nome da hoje cidade de Cuiabá.

Em sendo assim, como se explicaria um Ata de 1719 constar uma denominação que só seria efetivamente conhecida como tal cerca de 2 anos depois.

Seria esse um forte indício de que a tal ata assinada em 1719 teria sido realmente elaborada após essa data.

2 - "...*INVOCAÇÃO DE NOSSA SENHORA DA PENHA DE FRANÇA...*"

Positivamente está demonstrado que Pascoal Moreira Cabral estava arranchado desde 1718 na confluência do Rio Cuiabá com o Coxipó, no Arraial de São Gonçalo Velho.

A essa época a denominação São Gonçalo era já quase histórica, pois assim fora cognominada cerca de 4 décadas antes por Manoel de Campos Bicudo, por ocasião de sua bandeira em fins do século XVII, em busca das Minas dos Martírios.

Antônio Pires de Campos, quando já adulto a esse local retornou em 1717/1718, obviamente lembrando-se da localidade, reafirmou o nome de São Gonçalo Velho, pois anteriormente, na expedição do século XVII, quando aí esteve ainda menino em companhia de seu pai, aquela confluência de rios foi batizada de São Gonçalo.

A religiosidade desses homens rudes era espantosa. O respeito à religião, à igreja, a seus ministros e a seus santos era indiscutível.

Como já mencionado, no decorrer de dois anos e meio em que os bandeirantes estiveram efetivamente acampados no Arraial de São Gonçalo Velho, provavelmente, fruto dessa religiosidade, os seus habitantes devem ter erigido uma capela, ou mesmo um simples rancho para local de suas preces e promessas. Um simples local para a sua extremada devoção.

Quanto mais que em 1721, conforme nos relata o sempre mencionado José Barbosa de Sá, chegaram nesse ano os religiosos Frei Florêncio dos Anjos, da Ordem dos Carmelitas, o Padre Jerônimo Botelho e o Padre André dos Santos Queiróz, ambos do hábito de São Pedro e ainda o Frei Pacífico dos Anjos, franciscano.

E 4 padres sem nenhuma capela é coisa difícil de se entender. Alguma pequena e modesta igreja, alguma capela ou simples altar, algum rancho para a devoção e celebração religiosa devia haver naquele Arraial. Isso não tem dúvida. E em havendo tal, deveria ter sido erigida por invocação de São Gonçalo, o santo padroeiro do local, batizado com esse nome há já pelo menos 40 anos antes. Se o local era chamado de São

Gonçalo, obviamente a capela possivelmente existente deveria ter sido erigida em invocação desse mesmo santo protetor.

Posteriormente, nesse mesmo ano de 1721, foi efetivada a mudança da população do Arraial de São Gonçalo para o local denominado Forquilha. A esse respeito José Barbosa de Sá nos diz: “... *mudaram-se todos para o Coxipó acima lugar chamado Forquilha aonde formaram Arraial e levantaram igreja com o titulo de Nossa Senhora da Penha de França...*”.

Assim é que, somente no Arraial da Forquilha em 1721, dois anos após a data mencionada na Ata, é que se erigiu Capela por invocação de Nossa Senhora da Penha de França.

Assim houve capela no arraial de São Gonçalo Velho e a invocação seria a deste mesmo santo já padroeiro histórico do lugarejo, e já no Arraial da Forquilha erigiu-se capela em louvor a Nossa Senhora da Penha de França.

Fica difícil explicar como poderia a Ata de 8 de abril de 1719 mencionar em seu bojo Capela de Nossa Senhora da Penha de França que seria efetivamente erigida dois anos após, em 1721, em um outro arraial, Forquilha, que ainda não existia em 1719.

Mais uma vez fica demonstrado um outro indício bem acentuado de que a Ata possa ter sido lavrada após 1719.

3 - ASSINATURAS AUSENTES NA ATA

Não se sabe ao certo a quantidade de homens que com Pascoal Moreira Cabral vieram a ter no Coxipó. Em correspondência que enviou ao Rei de Portugal em 15 de Julho de 1722, o bandeirante assinalou: “...*em como ando há seis anos nestes sertões, ocupado no Real serviço de V.M. trazendo em minha companhia cinquenta a seis homens brancos fora escravos sustentando-os a minha custa, conquistando reinos gentios... Ao depois de perder um filho e quinze homens brancos e alguns escravos que os mataram e comeram o gentio...*” Assim vemos que, em

cerca de 1716, ao andar pelo rio Mbotetei, Pascoal Moreira tinha consigo 56 homens brancos e mais escravos. Menos 16 que perdeu, ao chegar ao Coxipó devia ter tão somente 40 brancos e mais escravos.

Outrossim, de acordo com certidão por ele próprio expedida e retro em parte transcrita, só com a bandeira de Fernando Dias Falcão, que veio em seu socorro no idos de 1718, estavam 130 homens de guerra, fora os componentes da bandeira dos irmãos Antunes Maciel, em quantidade ignorada. Juntadas as três expedições, deviam compor essas bandeiras unificadas pelo menos de 170 à 200 homens brancos no mínimo. Esses homens todos fundaram o Arraial de São Gonçalo Velho.

Mas porque, com duas centenas de homens, somente 22 deles assinaram a Ata?

Barbosa de Sá nos diz que “...e juntos os que ficaram mandaram escrever um arranzel para seu regime...” Assim, entende-se que todos, absolutamente todos, os que estavam no arraial “*mandaram*” lavrar a tal ata. E por que todos não assinaram?

Bem, uma parte era analfabeta, outros estavam atrás do ouro, outros preocupados com os índios. Mas o dia 8 de abril de 1719 deveria ter sido um dia de festa, um dia que tal solenidade deveria marcar a importância da data e como tal, seria uma ocasião previamente marcada e ansiosamente esperada. Assim, se houve “*junta*” de alguns chefes, houve reunião para todos que deveriam estar no Arraial aguardando com alguma curiosidade, ansiedade e alegria aquela simples solenidade. Pela primeira vez uma festa no arranchamento pioneiro.

E sendo assim, porque a ausência de Fernão Dias Falcão quando exatamente ele quem foi chamado com seus 130 homens de guerra, para socorrer Pascoal Moreira em suas aperturas com os índios e a quem o bandeirante devia a sua própria vida. Seguramente ele estava o arraial e não assinou a ata.

Quanto a Antônio Antunes Maciel, a própria Ata nos dá conta de que ele estava em São Paulo dando notícia e levando “*petição*” do guarda

mór ao Capitão General, acerca das descobertas das novas minas. Mas seu irmão e primo, estavam em São Gonçalo, e também não encontramos as suas respectivas assinaturas na referida Ata.

Temos Miguel Sutil de Oliveira, companheiro de Pascoal Moreira desde a bandeira de 1699 em terras curitibanas. Porque este sertanista não teve a sua assinatura aposta na ata referida?

Segundo nos conta Toledo Piza no Anexo B do volume XIII da coleção Documento Interessantes, "*Para Cuiabá seguiu muita gente anônima, porém no meio dela foram muitos cidadãos importantes por sua família, riqueza e posição social*" e cita Jacinto Barbosa Lopes, que chegou mesmo a ser Capitão Mór de Cuiabá e Provedor dos Quintos anos depois, Braz Mendes Paes, que fora Capitão Mór de Sorocaba e ainda a Gaspar de Godoy Moreira. E porque esses três também não assinaram aquela ata?

São perguntas e colocações pertinentes, mas praticamente impossíveis de serem respondidas documentalmente.

A ausência de assinatura de determinados bandeirantes que estavam no arraial, que não eram analfabetos, e a quem o guarda mór devia mesmo até a própria vida como ele mesmo afirmou, seus companheiros de décadas, constituem mais um indício de que a ata perfeitamente poderia ter sido lavrada não em 1719, mas após 1722, quando esses homens não mais estavam por lá.

Diogo de Toledo Lara Ordonhez, contemporâneo e amigo próximo de Joaquim da Costa Siqueira, o qual copiara a "*Relação ...*" de José Barbosa de Sá, em seus preciosos comentários e notas apostas à margem dos Anais do Senado da Câmara de Cuiabá, também põe em dúvida a autenticidade da ata e dá indícios de uma suposta farsa. Textualmente nos diz Ordonhez: "*E não sei onde foi o autor José Barbosa de Sá buscar, para copiar, estes termos ou assinados, nos quais se não faz menção do dito Fernando Dias...*". Refere-se Ordonhez, não saber onde o cronista Barbosa de Sá encontrou a dita e hoje conhecida ata de fundação de

Cuiabá. Ordonhez, conforme livro que já publiquei a respeito, “*DIOGO DE TOLEDO LARA ORDONHEZ - SALVAMENTO DE SUA MEMÓRIA E OBRA*”, foi o primeiro historiador que realmente pesquisou a fundo a história cuiabana. Para fazer os comentários nos Anais do Senado da Câmara de Cuiabá, na qualidade de Presidente desse Senado, precisou consultar arquivos, documentos, livros, atas, registros e tombos, para abalisar o seu parecer.

Assim, com tanto estudo, com as informações pessoais que obviamente lhe dera Joaquim da Costa Siqueira, e a proximidade no tempo, tanto com os primeiros pioneiros e o contato com pessoas que conheceram intimamente Barbosa de Sá, munido de informações que desconhecemos, tudo levou o Juiz de Fora Diogo Ordonhez a lançar a primeira dúvida com relação à autenticidade da ata, bem como a dar corretamente o primeiro dado, a falta da assinatura de Fernando Dias Falcão, como sendo indício de incorreção histórica. Mas o fato é que, em suas pesquisas realizadas em 1786, Ordonhez não mais encontrou os originais da ata, e isso tão somente 30 anos após Barbosa de Sá dizer tê-la copiado de originais existentes em arquivos cuiabano.

Todavia, indícios são indícios, não se constituindo em provas que demonstrem uma inverdade histórica insofismável em que se possa plenamente afirmar ser a ata de 1719 uma farsa.

Os indícios são fortes, são convincentes, são significativos, todavia são realmente insuficientes para que se queira com base neles mudar-se a história cuiabana, pela primeira vez escrita em 1755 pelo cronista licenciado José Barbosa de Sá.

Mas com base nesses indícios, a história da ata, nos contada por José Barbosa de Sá em sua “*Relação...*”, já não fica mais tão tranqüila, tão mansa e pacífica, tão inquestionável assim.

VIII

HIPÓTESES PARA UMA POSSÍVEL FARSA

1 - HIPÓTESE ADMINISTRATIVA:

Dessa forma explanado, é perfeitamente possível que a Ata de Fundação de Cuiabá haja sido realmente redigida não em 8 de Abril de 1719, mas sim anos depois.

Somente esse fato poderia explicar o erro de se chamar o Arraial de São Gonçalo Velho de Arraial de Cuiabá, ainda e a invocação da Capela de Nossa Senhora da Penha de França que fora erguida tão somente em 1721, bem como a ausência de assinaturas de notáveis da época na ata referida.

Mas se for assim, porque esse engôdo e essa farsa toda?

Talvez a autoridade colonial portuguesa, representada no caso pelo Capitão General que tinha as novas minas sob sua jurisdição, face a burocracia administrativa e o formalismo cartorial exigir esse tipo de ato formal para até mesmo demonstrar e provar as conquistas e a consolidação das fronteiras do Reino de Portugal em terras da coroa castelhana.

Não podemos nos esquecer, que à época estava valendo o Tratado de Tordesilhas, e as minas cuiabanas estavam situadas muito além das 100 léguas de Cabo Verde definidas como limite português por esse Tratado.

Um documento como esse, uma ata lavrando a descoberta de minas de ouro e fundação de arraial, era uma prova incontestada do “*uti possidetis*” português na política de expansão de suas fronteiras coloniais.

A própria ata nos afirma textualmente que “...e para que a todo o tempo vá isto a notícia de Sua Real Magestade e seus governos para não perderem seus direitos...”. Tal seja, uma sintomática preocupação de

comunicação da descoberta para que, no futuro, os governos de Sua Magestade não pudessem perder os seus direitos sobre o domínio pleno sobre a vasta e desconhecida região matogrossense.

E sem dúvida a preocupação institucional para, desde então, comprovar documentalmente o “*uti possidetis*” português, que anos depois seria alegado por Alexandre de Gusmão na ocasião das negociações do Tratado de Madri, que delimitou as fronteiras dos dois reinos ibéricos em terras tropicais.

Outrossim, talvez tal documento também pudesse administrativamente demonstrar e instruir processos junto ao Conselho Ultramarino visando institucionalização de medidas tais como a criação de Capitania, de Juizados, de Prelazia e outras repartições coloniais importantes.

Por isso, essa prática era adotada, e quando algum Capitão General percebeu esse lapso, não teve dúvida em redigir, “*a posteriori*” tal documento. Dessa forma explica-se o erro de denominação do local, o lapso da invocação da Santa protetora e a ausência das assinaturas de personagens importantes.

O fato é que, por um motivo ou por outro, realmente a Ata de 1719 possa mesmo ter redigida anos após, senão não haveriam necessariamente tais lapsos, não faltariam tais assinaturas.

2 - ATUAÇÃO DE JOSÉ BARBOSA DE SÁ:

Há ainda uma outra hipótese a comentar, suscitada face os fortes indícios retro mencionados.

José Barbosa de Sá, o primeiro cronista do passado colonial cuiabano, pelo que nos legou, mostra-se um tanto presunçoso, cabotino e irreverente .

Virgílio Corrêa Filho nos transcreve uma frase de sua autoria, que não deixa de ser uma pérola da historiografia matogrossense; “...não

careço de textos e autoridades para provar o que digo, que para autor, basto eu, e quem o duvidar, mostre o contrário, saia a campo que na palestra estou”.

Isso por si só demonstra que o seu cabotinismo chega às raias do ridículo.

Donde se pergunta: Não teria por acaso sido o próprio Barbosa de Sá o inventor da Ata de Fundação de Cuiabá?

Quem lê com atenção a sua “*Relação...*” chega e atravessa as duas partes em que se divide a Ata mencionada sem perceber nem de leve qualquer mudança no estilo que vinha mantendo o cronista em sua cronologia histórica. O estilo é o mesmo arrevezado, a linguagem atravessada, a falta de pontuação dificultando o entendimento e a compreensão do sentido das frases. Não se consegue distinguir o que é crônica de Barbosa de Sá do que é a Ata por ele copiada. Tudo o mesmo estilo.

Não teria por acaso, com o brilhantismo de sua inteligência, a vastidão de sua cultura bem acima da média cuiabana de então e a sua eterna preocupação com o registro, chegado ele a inventar ter copiado a Ata de um original, quando na realidade ele próprio entendeu escrever tal documento em 1755?

Isso também poderia explicar o erro do nome do local, o lapso da invocação religiosa e a ausência de nomes que deveriam ter assinado o termo ainda em 1719.

Dai a necessidade de afirmar, antes e depois da transcrição, ter copiado a Ata do próprio original. Ênfase demais, explicação demais, como a ocultar adredemente alguma inverdade histórica. Antes da ata: “*...que é o seguinte copiado do mesmo original*”, e depois da transcrição: “*Por esta escrita aqui copiada do próprio original...*”

Na realidade Barbosa de Sá não era muito de transcrições, pois em sua relação além da Ata, somente transcreveu um Decreto de D. João V. a respeito do enforcamento de um escravo, sem qualquer importância

histórica. A bem da verdade, o cronista deixou de transcrever documentos importantes para nossa história tais como a elevação de Cuiabá à categoria de Vila em 1º de janeiro de 1727, a Carta Régia de Criação da Capitania de Mato Grosso de 9 de maio de 1748, a Ata de Fundação de Vila Bela de 19 de março de 1752 e a Bula Candor Lucis Eternae criando a Prelazia de Cuiabá em 8 de dezembro de 1745.

Porque se preocupou em transcrever tão somente o documento de fundação de Cuiabá e omitindo outros de real importância para o histórico cronológico dessa cidade?

Porque no caso, a decepção ao verificar a não existência de tal documento, a sua preocupação com o registro aliada ao cabotismo próprio de sua personalidade, deve tê-lo feito inventar o fato e redigir tal Ata. E assim, inventou tê-la copiado de original inexistente que dissera ter encontrado e inseriu o termo de sua própria redação no bojo de suas crônicas históricas.

Por isso o mesmo estilo observado e a explicação para os erros cometidos e as ausências de nomes anotadas. Anos depois dos fatos passados, sem querer cometeu esses pequenos deslizes que ora apontamos.

Assim, levantamos indícios, damos detalhes que por si só representam fortes suspeitas de que a ata realmente não tenha sido lavrada na data que mencionada em seu corpo.

Mas isso não há comprovação efetiva e ficamos no campo das hipóteses. E hipóteses, interpretações e teorias conceituais são perfeitamente admissíveis em análise históricas, mas que, sem a devida comprovação documental, ficam girando no campo da ficção.

Infelizmente ficamos no campo hipotético.

A Ata que temos é a compilada por José Barbosa de Sá em sua “*Relação...*”, e nos contentemos com ela.

Bibliografia:

- 1 - SA, José Barbosa de - "*Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus principios até os presentes tempos*" - Cuiabá - Ed. Universidade Federal de Mato Grosso - 1975
- 2 - SA, José Barbosa de Sá - "*Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus principios até os presentes tempos*" - In Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - vol 23 - Rio de Janeiro - 1901
- 3 - TAUNAY, Afonso - "*História Geral das Bandeiras Paulistas*" - vol. 10 - São Paulo - Imprensa Oficial do Estado de São Paulo - 1949
- 4 - FRANCO, Francisco Carvalho - "*Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas*" - S. Paulo - Comissão do IV Centenário da Cidade de S. Paulo - 1954
- 5 - SIQUEIRA, Joaquim da Costa - "*Crônicas do Cuiabá*" - In - Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo - vol IV - S. Paulo - 1889/90
- 6 - CORRÊA FILHO, Virgílio - "*História de Mato Grosso*" - Rio de Janeiro - INL - 1969
- 7 - "*Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*" - Edição do Arquivo Público do Estado de S. Paulo
- 8 - SILVA LEME, Luiz Gonzaga da - "*Genealogia Paulistana*" - São Paulo - Duprat & Cia - 1905 - 9 v
- 9 - AZEVEDO MARQUES, Manoel Eufrásio de - "*Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*" - São Paulo - Editora Itatiaia/USP - 1980
- 10 - TAQUES DE ALMEIDA PAES LEME - Pedro - "*Nobiliarquia Paulistana, Histórica e Genealógica*" - São Paulo - Ed. Itatiaia/USP - 1980

11 - SILVA, Paulo Pitaluga Costa e - "*Notícias acerca do falecimento de Pascoal Moreira Cabral Leme*" - In - Mensário do Arquivo Nacional - ano 9 - n.1 - Rio de Janeiro - 1978

12 - SILVA, Paulo Pitaluga Costa e - "*Diogo de Toledo Lara e Ordonhez*" - Cuiabá - ed. Policromos - 1990